



OS PRIMÓRDIOS DA QUESTÃO AMBIENTAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA

DIAZ ROCHA, PAULO ERNESTO;

INTRODUÇÃO

A emergência da problemática ambiental é aqui discutida enquanto sua inserção na formação da sociedade capitalista, trazendo à tona questões tais como: secularização, epistemologia, matematização, cultura, moral, ética, romantismo, tecnologia e poder. Assim, este ensaio teórico, procura levantar alguns elementos importantes a serem aprofundados interdisciplinarmente e que foram sendo desenvolvidos durante este caminhar histórico da relação entre sociedade e natureza.

OBJETIVOS

Trazer à tona algumas das questões centrais da evolução da problemática ambiental no cerne da sociedade capitalista, envolvendo a epistemologia, a matematização, a laicização/secularismo, a disciplinarização, a tecnologia, o progresso, a globalização e o desenvolvimento sustentável.

MATERIAL E MÉTODOS

Artigo teórico com ampla e interdisciplinar revisão bibliográfica

RESULTADOS

O início da problemática ambiental, cuja resolução se torna de extrema urgência no final da segunda metade do século XX, traz controvérsias interessantes e de grande repercussão nas mais vastas áreas do fazer humano. Uma vez que inerentemente a humanidade utiliza recursos naturais e a pressão sobre eles segue até hoje em crescimento assintótico, não é possível demarcar fronteira nítida do surgimento da chamada questão ambiental. De qualquer modo, temos pela frente, nesta passagem de milênio, um sério duelo de forças que nos obriga a nos posicionar em relação à possibilidade de extinção da espécie sobre o planeta. A relação sociedade-natureza se mostra então complexa por sermos ao mesmo tempo sua dependente e sua consumidora. De muita valia é a contribuição dada por Marx, quando descreve a relação de trabalho entre o ser humano e a natureza: Ele coloca em movimento as forças naturais que pertencem à sua natureza corpórea, braços e pernas, cabeça e mãos, para se apropriar das substâncias naturais sob uma forma utilizável para sua própria vida. Assim agindo, através de seus movimentos sobre a natureza exterior, transformando-a, ele transforma ao mesmo tempo sua própria natureza (apud GOLDMANN, 1948). Para efeitos didáticos, no entanto, podemos distinguir o lento ritmo do vasto período da história humana sobre o planeta desde nosso surgimento há cerca de 35 mil anos, comparado à tamanha velocidade imprimida nas recentes décadas da relação do ser humano com a natureza. Ao mesmo tempo em que defendemos a idéia de um continuum biológico na evolução histórica dos seres humanos, demarcamos o presente momento com o fator crítico de ameaça real de desaparecimento da espécie, mesmo depois de terminada a Guerra Fria e a eminente possibilidade de hecatombe nuclear. Segundo LENOBLE (1969), pensar sobre o que é 'natural' nos faz abordar tanto elementos científicos (o que são as coisas?), quanto morais (que atitudes perante o mundo?) e religiosos (é o todo ou obra de deus?). Para ele, sempre houve diálogo entre sociedade e natureza, mas o ser humano passou a

falar demais, sem escutá-la. Desde antes da Idade Média, via-se “...tudo porque tudo interessa, fica-se no espírito com cada pormenor da cena”. Cada pormenor era amado por ele mesmo, concebido como um todo. Por isto, mesmo sabendo menos, pensava-se mais sobre os objetos, aproveitando melhor sua intimidade, seu caráter imediato e sensível versus as estatísticas, os balanços, as percentagens atuais. A herança do século XII foi a Escolástica que dominou a época inspirada pelas artes - a presença qualitativa contra a quantitativa. No século XVI, o ser humano “cansa-se de si mesmo e torna-se mais dócil perante os fatos”, procurando fonte nova de verdade e vida. Já o Protestantismo, de acordo com aquele autor, começou a afirmar a corrupção essencial da natureza e a negação da liberdade; recusando a entregar-se à amizade das coisas (fruitio), quando se soma culpabilidade e divindade arbitrária: seu primeiro movimento foi um antinaturalismo, desprezando a natureza, pois ela não seria mediadora entre deus e seres humanos, o que tornaria mais fácil a passagem da economia medieval para uma nova. Para CASTORIADIS (1978), refletindo sobre estes tempos de grandes transformações: A mudança ocorre quando o infinito invade este mundo, quando ocorre a ‘coincidência’ e a convergência da matematização do mundo e da racionalidade dos ‘donos’ da natureza e o ‘aburguesamento’ da humanidade: a idéia de que o crescimento ilimitado da produção e das forças produtivas é, de fato, o objetivo central da vida humana, (...) uma progressão assintótica do conhecimento em direção à verdade absoluta. (...) Em suma, o movimento se dirige para o cada vez mais: mais mercadorias, mais anos de vida (...) - e o ‘mais’ é o ‘bom’ (p.144-5). Esta imagem, mais tarde, segundo ALMEIDA (1996), foi conformada pela percepção de um mundo dicotomizado, procedimento da era capitalista oriundo da grande revolução científica do século XVII, eleito como fundamental na pesquisa das Ciências Exatas e Naturais: observar o fenômeno, abstraí-lo, ou seja, isolá-lo e depois proceder a uma experimentação. Este método generalizou-se e passou a ser o modo de pensar predominante. Isto significa, que, segundo a autora: ...passou a ser da essência do modo de pensar específico do capitalismo isolar fatos, criando muralhas que os separam dos fatores perturbadores do conjunto da totalidade do social e, depois, transformar a observação deles em elementos quantitativos e matemáticos. Ou seja, esse modo de pensar precisa (...) coisificá-los e entendê-los como fenômenos ‘naturais’, próprios de uma natureza que existe sem intervenção dos homens portanto eterna, não podem ser mudados (p.2). Já no século XVIII, o Ocidente, com a percepção do infinito e a linearidade obtida com a ‘flecha do tempo’, estava envolvido nas discussões sobre a interação dialética e não antagônica entre as orientações progresso/reação, como procura esclarecer LE GOFF (1986) . Da noção de progresso, o autor distingue uma “forma explícita” como juízo de valor (moral), da “implícita”, esta como objetivo ou direção (técnico-científica): Em seguida, espalhou-se a idéia - (...) - de que o progresso tecnológico arrastava consigo o progresso político senão o moral, enquanto que noutros meios, e sobretudo (...) se impunha a idéia de que não só progresso moral não tinha seguido o progresso técnico, mas que tinha também efeitos deletérios sobre a moralidade individual e coletiva. (p.339) Do desprezo até os fins do século XVIII, ao apreço pela natureza durante o Romantismo, as atitudes e as mentalidades sofreram uma revirada brusca que se seguiu à deterioração do ambiente urbano pela industrialização crescente e pelo crescimento demográfico. No meio do século XIX, a mentalidade transformou-se com o aparecimento do conceito de ‘modernidade’, o que constitui uma reação ambígua da cultura à agressão do mundo industrial. Segundo LE GOFF (p.370), na segunda metade do século XX, esta ‘modernidade’ generaliza-se no Ocidente e é introduzida a idéia de ‘modernização’, que com um discurso técnico-desenvolvimentista mascarou grandes absurdos no trato com o ambiente natural dos mais diversos países. Foi assim que a conseqüente degradação ambiental chegou ao patamar de urgente problemática mundial, uma vez que o interesse humano não se preocupava com a interligação entre produção e conservação. De acordo com HOBBSAWM (1984), o liberalismo, o radicalismo democrático e o nacionalismo do início do século XX descrevem a extraordinária transformação e a expansão econômica do mundo capitalista, acelerando o acúmulo de capital e intensificando o comércio internacional, assim como as modificações das paisagens humanas (tanto material quanto espiritual) e natural. Diversos autores permitem observar a importância de interligações entre as diferentes ciências. BAUDRILLARD (1995) em seu texto sobre a emergência histórica do mito do consumo no século XX, adentra em aspectos psicológicos, explicando sobre o processo de alienação da mercadoria no modus operandi capitalista industrial - o tal “pacto com o diabo” que, segundo ele, desde a Idade Média nos envolve com o mito central de domínio da natureza. O mito do progresso linear e infinito do acúmulo de capital, universalizado pelo desenvolvimento econômico de alguns países, foi de certo modo abalado pelos estudos do chamado Clube de Roma em 1972 (Meadows, 1972) que demonstrou a interdependência das atividades econômicas predatórias com a degradação do mundo físico. Apesar desta aparente contradição entre crescimento moral e material da humanidade, o processo de

expansão e domínio da espécie sobre o planeta, revelando uma ‘miniaturização’ geográfica e uma ‘unificação’ tecnológico-financeira entre os continentes, parece decorrer, sob certo ponto de vista, também numa dinâmica salutar de auto-conhecimento e a possibilidade de se re-examinar uma concepção mais sistêmica de nossa realidade. Este processo possibilita deflagrar também o movimento ambiental, cuja defesa de retorno à natureza (strictu sensu) não deveria ser encarado oposto a nossa própria natureza (um humanismo strictu sensu), mas ser elevada ao latu sensu de uma natureza única, embora multifacetada e carregada de desafios. Entretanto, como uma outra face da mesma moeda, estamos sofrendo um fenômeno de mundialização da economia que interfere inevitável e prejudicialmente na gestão dos recursos naturais e financeiros de cada país, agravando muitas vezes as já precárias condições de vida tanto de povoados marginais ao mercado quanto daqueles que nele se situam. Os níveis crescentes de desemprego, miséria e fome, vinculados ou não com o aumento vertiginoso da mecanização nas indústrias, diminuindo a necessidade de mão de obra braçal, têm demonstrado o lado perverso e desequilibrado deste processo em franca expansão. Nas últimas décadas, as reivindicações de trabalhadores eram por melhores salários, condições de trabalho salubres e menores cargas horárias; agora vemos se transformarem em necessidade de mais vagas para combater a mecanização e ao enorme boom demográfico deste período. A extraordinária aceleração nas comunicações tem uma aparência paradoxal, pois aumenta o atraso relativo daquelas partes do mundo sem acesso à alta tecnologia, criando novos e complexos contrastes. Ocorre, portanto uma “tipificação internacional” segundo HOBBSAWM: o ‘fosso’ econômico e populacional entre os chamados países centrais e os periféricos se intensificam, aumentando a razão incluídos/excluídos. O problema da técnica, da tecnologia ou de um pensamento exclusivamente tecnicista, como panacéia para a humanidade, tem sido reformulado, pois a ilusão de sua onipotência permitiu os absurdos atuais de desgaste ambiental (morte ou definhamento de rios, florestas e demais ecossistemas, inclusive o urbano) em composição com inúmeros e graves problemas sociais (discórdia, miséria, abandono). Seu poder tem sido, para CASTORIADIS: ...mal utilizado (ou utilizado para o mal) [que aspira pelo] (...) controle total, a subordinação de todos os objetos e de todas as circunstâncias à vontade e ao desejo. (...) O aumento do ‘poder’ constitui também, ipso facto, aumento de impotência, ou mesmo de ‘antipoder’, poder de fazer surgir o contrário daquilo que se visava; e quem calculará o balanço líquido, em que termos, com base em quais hipóteses, para qual horizonte temporal? (p.154)

DISCUSSÃO

Portanto, neste século XXI, podemos perceber que este tipo de tendência ao reducionismo que enfatiza as partes (economia e sociedade) em detrimento do todo (economia-ecologia e sociedade-natureza), permanece abrangendo as ciências e, embora permitindo o progresso técnico-científico, vem agravando problemas sócio-ambientais. Entretanto, nestas três últimas décadas têm surgido (ou ressurgido), nos meios científicos e filosóficos (CAPRA, 1982 e LOVELOCK, 1979), artísticos e religiosos (holismo, nova era), idéias sobre a interdependência humana dos demais seres vivos, os riscos do domínio humano sobre a natureza e inclusive possíveis causas do declínio de antigas civilizações. Foi principalmente neste período pós IIa. Guerra Mundial, com o crescente desequilíbrio de ecossistemas e o risco de escassez de recursos naturais, que se iniciou uma série de debates e conferências, demonstrando a urgência e a abrangência do assunto. Em várias instâncias políticas e acadêmicas começou-se a discutir uma educação voltada para o meio ambiente e sua capacidade de melhorar as condições de sobrevivência da população, dando-se importância ao professor do ensino formal e à adequação da questão ambiental ao currículo existente. Foram enfocados problemas como a necessidade da interdisciplinaridade e da co-participação, somados à visão ecológica, econômica, política e social e não somente físico-biológica da natureza. Porém, mesmo assim, desde Estocolmo (1972) ainda se tratava de controlar prejuízos ambientais e qualidade de vida, sem interferir no processo industrializador e desenvolvimentista de crescimento econômico e da alta produtividade. Durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 1992 no Rio de Janeiro - BR, diversos países se propuseram a assinar tratados sobre clima, patentes de códigos genéticos e biodiversidade, mas pouco se acertou sobre uma possível e necessária alteração do rumo devastador do progresso industrial, capitalista ou não.

CONCLUSÃO

Assim, o debate em torno do chamado desenvolvimento sustentável, já na década de 90, parece vir contrabalançar as correntes extremamente produtivistas da macro-política organizadora do mundo social. Esta tendência tem possibilitado o ressurgir de inúmeras e inadiáveis discussões sobre a participação humana no destino do planeta. Principalmente nos meios científicos, mas também filosóficos e culturais, ‘meio ambiente’ e ‘interdisciplinaridade’ são dois conceitos que têm recebido grande relevância nos últimos anos, marcados não apenas por crises políticas, econômicas e ecológicas mundiais, mas também por novas reflexões sobre a mudança histórica de paradigma no conhecimento de nossa realidade físico-biológico-cultural. A busca pelo significado prático destes termos, somados ainda aos de ‘globalização’ e ‘pós-modernidade’, tem levantado questões interessantes em diversas áreas da ciência que buscam se moldar ao complexo e imprevisível processo de transformação que vivem as sociedades neste período de transição milenar. A tensão entre antigo e novo, entre conservação do pré-estabelecido e o surgimento de inovações também se dá no interior da academia, não apenas na ciência (vide a noção de paradigmas em Kuhn), como também no meio universitário, como o caso do debate interdisciplinar em ‘confronto’ com a estrutura departamentalizada tradicional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. M. M. 1996. Temas sobre o mundo rural: campo e cidade como imagens. Rio de Janeiro: CPDA, apostila de curso.

BAUDRILLARD, J. A sociedade de consumo. Rio de Janeiro: Elfos ed., 1995. CAPRA, F. O ponto de mutação. São Paulo: Cultrix, 1982.

CASTORIADIS, C. As encruzilhadas do labirinto I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GOLDMANN, L. A origem da Dialética: a comunidade humana e o universo em Kant. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1948.

HUGHES, J. D. La Ecología en las civilizaciones antiguas. México: Fondo de Cultura Económica, s.d. LE GOFF, J. Progreso e reação. In: Enciclopédia Einaudi, pp.338-392. s.d.

LENOBLE, J. História da Idéia de Natureza. Rio de Janeiro: Ed. 70, 1969.

LOVELOCK, J. Gaia. Nova York: Oxford University, 1979.

MEADOWS, D.H. *et al.* The limits to growth: a report for the club of rome's project on the predicament of mankind. NY: Universe, 1972.

MOREIRA, Roberto José. Economia Política da Sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista. In: Luiz Flávio Carvalho Costa, Regina Bruno e Roberto José Moreira (orgs.) Mundo Rural e Tempo Presente. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

MORIN, E. De la reforma universitaria. Revista Trabajo Social. México: UNAM, 1997. OPIE, J. Renaissance origins of the environment crisis. Environmental Review. Oregon: Oregon State Univ., vol.11, n.1, 1987.

Agradecimento